

**FORMAÇÃO DE ACADÊMICOS DO CURSO DE CIÊNCIAS BIOLÓGICAS-  
LICENCIATURA REFERENTE À EDUCAÇÃO INCLUSIVA****RAMM, Cíntia Barbosa<sup>1</sup>; DUARTE, Catiusse Xavier; MACHADO, Patrícia  
Gomes<sup>1</sup>**

<sup>1</sup>Pós-Graduanda do Curso de Gestão Ambiental da Faculdade Anhanguera de Pelotas  
cintia\_ramm@hotmail.com

<sup>1</sup>Pós-Graduanda do Curso de Gestão Ambiental da Faculdade Anhanguera de Pelotas  
caty.bn@hotmail.com

<sup>1</sup>Pós-Graduanda do Curso de Gestão Ambiental da Faculdade Anhanguera de Pelotas  
patricia.gmachado@hotmail.com

**TRAVERSI, Gabriela Soares <sup>2</sup>**

<sup>2</sup>Professora do Curso de Licenciatura em Ciências Biológicas da Faculdade Anhanguera de Pelotas  
gstraversi@hotmail.com

**1. INTRODUÇÃO**

A aceitação da proposta de integração, inclusão, e a reconhecida necessidade de ampliação do acesso à Educação àqueles que, tradicionalmente, têm sido excluídos do sistema de ensino, refletem uma tendência atual em se acreditar no potencial dos alunos com necessidades especiais. Entretanto, no sistema regular de ensino tem sido sem dúvida, a questão referente à Educação Especial mais discutida no nosso país nas últimas décadas (GLAT, 1995).

O interesse pelo estudo da inclusão da Educação Especial no currículo do Curso de Ciências Biológicas-Licenciatura ocorreu a partir do caminho diferenciado na formação do futuro docente, sendo possível que o contato com alunos especiais possa abrir um leque de opções na formação do futuro educador. Nesse contexto, o professor é o orientador, o coordenador e o facilitador do processo de ensino e aprendizagem. Para que sua orientação influa sobre os processos de construção do conhecimento, deve estar atento aos mecanismos das relações interpessoais nas interações com o educando, sem perder de vista que a ajuda pedagógica deve adequar-se às necessidades e características de seus alunos (PINTO, 2009).

Na Política Nacional de Educação Especial (MEC/SEEP, 1994), o Ministério da Educação (MEC) estabelece como diretrizes da Educação Especial apoiar o sistema regular de ensino para a inclusão dos portadores de deficiências. Esta definição foi posteriormente reforçada na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB – Lei nº. 9.394/96), e recentemente nas Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica (BRASIL, 2001). Entretanto, não basta que uma proposta se torne lei para que esta seja logo aplicada. Vários são os obstáculos que evitam que a política de inclusão se torne realidade na prática diária de nossas escolas. Entre estas, é evidente o despreparo dos educadores do ensino regular para receber em suas salas de aula, na maioria das vezes repletas de educandos com problemas de disciplina e aprendizagem (BUENO, 1999).

A própria LDB reconhece a importância deste aspecto como pré-requisito para a inserção ao estabelecer, em seu artigo 59, na qual o sistema de ensino garante aos educandos portadores de necessidades especiais, professores com especialização adequada em nível médio ou superior, para atendimento especializado, bem como professores do ensino fundamental capacitados para a integração desses alunos nas classes comuns (BRASIL, 1996).

Nesse sentido, essa pesquisa espera contribuir para que os próximos graduandos dos cursos de licenciaturas percebam a importância do acesso a uma formação que contenha subsídios para trabalhar com a Educação Inclusiva, caso venham a ter alunos de inclusão em escolas regulares.

## 2. METODOLOGIA

O trabalho foi realizado entre os meses de Abril à Setembro de 2010, período este referente ao tempo de estágio da disciplina de Estágio Supervisionado III e IV, do curso de Ciências Biológicas-Licenciatura. Foram realizadas entrevistas com os graduandos do 6º semestre, coordenadores e professores do curso de Ciências Biológicas-Licenciatura da Faculdade Anhanguera de Pelotas, sendo que atualmente estes professores não estão atuando na área da Educação Especial. A metodologia de pesquisa foi realizada em três etapas de questionamentos, sendo a primeira voltada para o coordenador do curso, com os seguintes questionamentos: “O que você considera por inclusão? Qual a experiência mais significativa? Você acha que seria interessante que colocassem disciplinas, nas quais tratassem da educação inclusiva, capacitando os alunos para um primeiro contato com os alunos especiais dentro da universidade?”. A segunda parte foi voltada para os professores: “Na sua formação teve alguma disciplina ou projeto que o preparasse para o Contato com a educação especial? Na sua docência teve alguma experiência com crianças especiais? Qual dificuldade enfrentou na realização das suas atividades docentes?” e, a última etapa voltada para os acadêmicos: “Você teve algum aluno especial durante o Estágio Supervisionado?”.

Analisou-se o currículo do curso, considerando que o mesmo só possui uma disciplina de Libras, podendo não estar adaptado a uma formação adequada de futuros docentes para trabalhar no que diz respeito à educação especial. A metodologia de ensino/pesquisa utilizada está apresentada e discutida a seguir.

## 3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Após análise das respostas de oito professores do Curso de Licenciatura em Ciências Biológicas, obtiveram-se como resultados das seguintes perguntas:

Pergunta 1: Na sua formação teve alguma disciplina ou projeto que o preparasse para o Contato com a educação especial?

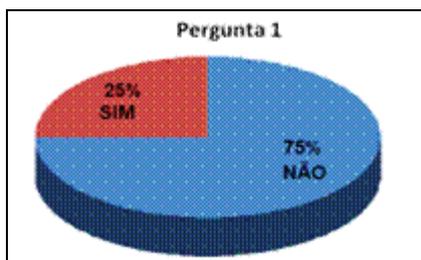


Figura 1: Respostas referentes à primeira questão.

De acordo com os resultados demonstrados na Fig.1, 75% dos professores entrevistados não tiveram nenhum tipo de curso, projeto ou treinamento para lidar com crianças especiais enquanto cursavam sua graduação. Alguns entrevistados ressaltaram que tiveram de buscar esse treinamento em cursos de especializações ou por conta própria.

Pergunta 2: Na sua docência teve alguma experiência com crianças especiais?



Figura 2: Respostas referentes à segunda questão.

De acordo com a Fig. 2, pode-se perceber que 38% destes mantiveram contato com crianças especiais em suas classes seja no período de estágio ou na sua carreira docente, independente de ter recebido cursos de preparação para lidar com essas crianças, que exigem um pouco mais de cuidados.

Dentre as respostas dadas por professores que tiveram alunos especiais, foram citadas, crianças com Síndrome de Down, paralisia cerebral, deficiência auditiva.

Com relação à pergunta de número três: “Qual dificuldade enfrentou na realização das suas atividades docentes?”, obtiveram-se as seguintes respostas dispostas na Tab. 1.

TABELA1. Respostas da questão número 3 de 8 professores .

(P) Professores	Respostas
P1	Falta de informações sobre o laudo do aluno, com maiores informações.
P2	Escolas com poucos recursos, problemas financeiros e familiares, desmotivação dos alunos.
P3	Aceitar que os alunos especiais têm seus limites assim como alunos normais
P4	Falta de recursos e desmotivação dos alunos.
P5	Elaboração de aulas para turmas com diferenças de aprendizados.
P6	Ter um pouco mais de atenção com os alunos especiais.
P7	Falta de atenção dos alunos, por problemas familiares, drogas, álcool.
P8	Desmotivação dos alunos e imaturidade

Nota-se que mais de um professor citou como dificuldade encontrada a falta de motivação dos alunos, seu desinteresse pelos conteúdos, bem como falta de recursos nas escolas.

Os mesmos questionamentos citados, também foram respondidos por 56 alunos formandos do curso de licenciatura em ciências biológicas da mesma faculdade, representado na Fig. 3, sendo que destes apenas três alunos (5%) tiveram contato com alunos especiais em seus estágios obrigatórios, e nenhum deles recebeu algum tipo de curso de preparação de como lidar com esses alunos, considerando-se despreparados para tal situação.



Figura 3: Graduandos que tiveram contato com alunos especiais

Ao coordenador do curso foram feitas algumas perguntas sobre seu ponto de vista em relação à inclusão. Segundo o mesmo, inclusão seria a possibilidade de inserção total de uma pessoa no meio sem distinção ou tratamento preferencial, mas respeitando as potencialidades e capacidades de cada um. Ressaltou que atualmente trabalha com uma aluna que teve paralisia cerebral, a qual acompanha há três anos. Considera de suma importância disciplinas que tratem de educação inclusiva, nos cursos de licenciaturas nas universidades, pois permitiria uma formação complementar ao discente dando suporte teórico e qualidade para enfrentamento de futuras situações.

Dentro deste contexto, Nogueira (2000) afirma que a matriz curricular dos professores, demonstra uma carga horária reduzida em relação aos alunos com necessidades educacionais especiais, logo se torna mais difícil ou até mesmo impossível, que os docentes consigam buscar novas aquisições e competências para trabalhar com eficiência, com os educandos em suas salas de aula.

#### 4. CONCLUSÃO

O presente trabalho discute e reafirma a importância de projetos na formação de professores, devido ao déficit destes docentes atuantes na preparação frente a alunos com deficiência no ensino regular. Evidencia que a atual legislação contempla este aspecto essencial e sugere que as políticas de formação devem prever um forte aporte à formação continuada orientada para a diminuição gradativa da exclusão escolar.

#### 5. REFERÊNCIAS

- BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lei no 9394/96. 1996. Disponível em <<http://www.escolaheitor.net/planejamento/2027753-LDB-RESUMAO.pdf>> Acesso em 12/06/10
- BUENO, J. G. Crianças com necessidades educacionais especiais, política educacional e a formação de professores: generalistas ou especialistas. **Revista Brasileira de Educação Especial**, vol. 3. n.5, 7-25, 1999.
- BRASIL. Conselho Nacional de Educação / Câmara de Ensino Básico. **Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica**, Brasília, DF, 2001.
- GLAT, R. **A Integração Social dos Portadores de Deficiência: uma Reflexão**. Rio de Janeiro: Editora Sette Letras, 1995.
- NOGUEIRA, M. L de L. O Fazer Psicopedagógico com Portadores de Altas Habilidades. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE PSICOPEDAGOGIA, V, 2000, São Paulo. **Resumos...**São Paulo: Mackenzie, 2000. p.36.